



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

Senhores Cotistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sªs, o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Mercado de Atuação:** A Embracon Administradora de Consórcio tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, de bens móveis, imóveis e serviços. Em 30 de junho de 2025 a empresa administrava 273 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 290.381 consorciados e 11.624 bens entregues. **Eventos Societários:** O Capital Social é de R\$ 85.000.000,00 e está representado por 85.000.000 cotas no valor de R\$ 1,00 cada. **Patrimônio Líquido e Resultados:** O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 213.599 mil em 30 de junho de 2025, apresentando aumento de 16,48% em relação ao R\$ 178.390 mil em 31 de dezembro de 2024. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 35.210 mil. **Ativos e Passivos:** O Ativo atingiu R\$ 1.208.112 mil em 30 de junho de 2025, em relação aos R\$ 896.784 mil em 31 de dezembro de 2024. O Passivo Circulante e não circulantes, somados atingiram o montante de R\$ 994.513 mil em 30 de junho de 2025, em relação aos R\$ 718.394 mil em 31 de dezembro de 2024. **Auditoria Independente:** A política de atuação da Embracon Administradora de Consórcio Ltda., na contratação de serviços não relacionados à

auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a Embracon Administradora de Consórcio Ltda., informa que no semestre findo em 30 de junho de 2025, não foram prestados pela firma Irmãos Campos & Cerboncini auditores associados serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras. Ademais, a Embracon Administradora de Consórcio Ltda. confirma que a Irmãos Campos & Cerboncini Auditores Associados dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Embracon Administradora de Consórcio Ltda. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** A Administração da Embracon Administradora de Consórcio Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL
Encerrado em 30 de Junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2025
Ativo Circulante		1.126.189	Passivo Circulante		911.163
Caixa e equivalentes de caixa	3b; 5	1.164	Financiamento - operações de leasing	12	1.308
Instrumentos financeiros	3c; 6	76.198	Obrigações trabalhistas	13	71.892
Outras contas a receber		4.562	Encargos sociais	14	16.352
Taxa de administração a receber		56.043	Impostos e contribuições a recolher	16	10.461
Impostos a compensar	7	17.114	Obrigações por operações vinculadas à cessão	3a	787.512
Adiantamentos	8	8.921	Contas a pagar	18	9.122
Créditos diversos		761	Arrendamentos	21	2.957
Bloqueio judicial	9	4.735	Recursos não procurados	19	4.115
Despesa do exercício seguinte	3e	956.690	Provisão para contingência	3k; 20	7.444
Ativo não Circulante		81.923	Passivo não Circulante		83.349
Realizável a Longo Prazo		27.062	Exigível a Longo Prazo		83.349
Impostos diferidos	17	27.062	Impostos diferidos	17	76.024
Permanente		54.861	Arrendamentos	21	7.325
Imobilizado	3f; 10	18.084	Patrimônio Líquido		213.598
Intangível	3g; 11	36.777	Capital social	2b; 22	85.000
Total do Ativo		1.208.112	Reserva de retenção de lucros		120.850
			Reserva legal		7.749
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.208.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em 30 de Junho de 2025 (Em milhares de Reais)

	Notas	2025
Receitas da Intermediação Financeira		4.008
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.008
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		46.457
Receitas de prestação de serviços	24	506.570
Despesas com pessoal	25	(207.540)
Despesas administrativas	26	(230.093)
Despesas tributárias	27	(52.312)
Despesas com depreciação e amortização	9; 10	(12.785)
Outras receitas operacionais	28	42.617
Resultado Operacional		50.465
Resultado não Operacional		2.939
Receitas não operacionais diversas		3.243
Despesas não operacionais diversas		(305)
Resultado antes da Tributação do Lucro		53.404
Impostos sobre o Lucro	15 a	(18.194)
Provisão para Imposto de Renda		(13.378)
Provisão para Contribuição Social		(4.816)
Lucro Líquido do Período		35.210
Lucro por Quota de Capital		0,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em 30 de Junho de 2025 (Em milhares de Reais)

	2025
Saldos em 30 de Junho	35.210
Ajustes de Avaliação Patrimonial	—
Outros Resultados Abrangentes	—
Resultado Abrangente do Semestre	35.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em 30 de Junho de 2025 (Em milhares de Reais)

	2025
Atividades Operacionais	
Resultado líquido do período	35.210
Valores que não Afetaram o Caixa:	
Depreciação e amortização	12.785
Provisões e reversões contingências trabalhistas e cível	86
Rendimento líquido das aplicações financeiras	(9.901)
Resultado na baixa do ativo tangível e intangível	69
Caixa antes das Mutações do Capital de Giro	38.249
Redução (Aumento) dos Ativos Circulantes	
Taxa de administração a receber	(14.012)
Outros créditos	5.140
Outros valores e bens	(292.167)
Aumento (Redução) dos Passivos Circulantes	
Obrigações trabalhistas	17.785
Impostos e contribuições sociais	(4.418)
Impostos e contribuições a pagar e diferidos	20.609
Contas a pagar	1.476
Obrigações por operações vinculadas à cessão	207.999
Recursos não procurados	148
Arrendamentos	5.701
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	249.300
Atividades de Investimentos	
Aplicações financeiras	(466.519)
Resgate de aplicações financeiras	496.977
Aquisições do ativo imobilizado	(3.520)
Aquisições do ativo intangível	(15.291)
Caixa Gerado (Aplicado) em Atividades de Investimentos	11.647
Atividades de Financiamentos	
Operações de leasing	(329)
Caixa Aplicado em Atividades de Financiamentos	(329)
Caixa Aplicado nas Atividades no Exercício	(2.172)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes	(2.172)
Caixa e equivalentes no início do período	3.336
Caixa e equivalentes no final do período	1.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
Em 30 de Junho de 2025 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2025	Passivo	Notas	2025
Circulante		5.868.167	Circulante		5.868.167
Disponibilidades		2.465.437	Obrigações com Consorciados	4g	
Depósitos bancários		16.818	Grupos em formação		2.336
Aplicações financeiras	4a; 30	93.393	Recebimentos não identificados		7.610
Aplicações vinculadas a contemplações	4a; 30	2.355.227	Contribuições de consorciados não contemplados		2.130.262
Outros Créditos		24.388	Valores a repassar	4h	242.991
Bens retomados ou devolvidos	4b	23.608	Obrigações contemplações a entregar	4i	2.355.227
Dev. p/depósito em garantia	4c	780	Recursos a devolver a consorciados	4j	209.694
Direitos junto a Consorciados Contemplados		3.378.342	Recursos do grupo	4k	920.047
Normais	4a	3.293.805	Compensação	4l	69.621.798
Em atraso		30.418	Recursos mensais a receber		199.324
Em cobrança judicial		54.119	Obrigações do grupo por contribuição		35.684.809
Compensação	4l	69.621.798	Créditos à disposição consorciado		33.737.665
Previsão mensal recursos a receber	4e	199.324	Total do Passivo		75.489.965
Contribuições devidas ao grupo		35.684.809			
Valor dos bens ou serviços a contemplar	4f	33.737.665			
Total do Ativo		75.489.965			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 30 de Junho de 2025 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Semestre					
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	85.000	87.401	5.988	—	178.389
Efeitos da adoção inicial - Adoção 352/2023	—	—	—	(2.999)	(2.999)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025	85.000	87.401	5.988	(2.999)	175.390
Resultado do semestre	—	—	—	38.209	38.209
Reserva legal	—	—	1.761	(1.761)	—
Transferência de saldos	—	33.449	—	(33.449)	—
Saldos em 30 de Junho de 2025	85.000	120.850	7.749	—	213.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES
NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
Em 30 de Junho de 2025 (Em milhares de Reais)

	2025
Disponibilidades no Início do Período	2.109.635
Depósitos bancários	10.781
Aplicações financeiras	87.148
Aplicações vinculadas a contemplações	2.011.705
Recursos Coletados	2.501.876
Contribuições aquisição de bens	1.624.692
Taxa administração	625.398
Contribuições fundo de reserva	43.560
Rend. aplicações financeira	116.916
Multas e juros moratórios	7.340
Prêmios de seguros	17.631
Outros	66.339
Recursos Utilizados	(2.146.074)
Aquisição de bens	(1.315.450)
Taxa de administração	(645.366)
Multas e juros moratórios	(3.633)
Prêmios de seguros	(17.238)
Custas judiciais	36
Consorticiados desligados - Pagamentos	(52.680)
Outros	(111.743)
Disponibilidades no Fim do Período	2.465.437
Depósitos bancários	16.818
Aplicações financeiras	93.393
Aplicações vinculadas a contemplações	2.355.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 30 de Junho de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. (EMBRACON) tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A administradora optou pela faculdade pelo disposto no Art. 102 da resolução BCB nº 352/2023 de não reapresentar as informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referente ao primeiro semestre de 2025. Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para avaliação de aplicação no EMBRACON. A administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo EMBRACON, quando aplicável: CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (RI) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 04 (RI) - Ativo Intangível, CPC 05 (RI) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 06 (R2) - Arrendamentos, CPC 10 (RI) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (RI) - Benefícios a Empregados, CPC 41- Resultado por ação, CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A administração considera que o EMBRACON possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, consistente com o seu plano de negócios, preparado no início de cada exercício, que compreende os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, as metas corporativas e os programas de manutenção das instalações do EMBRACON. Os planos são acompanhados semestralmente pelos departamentos competentes, podendo sofrer alterações. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 23 de setembro de 2025.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional do EMBRACON é o Real.

2.3. Novas Normas e Resoluções Vigentes

Em 12 de dezembro de 2024 foi publicada a Resolução BCB nº 444, que altera o art. 8º da Resolução BCB nº 234 de 2022, a qual dispõe sobre o funcionamento das administradoras de consórcios. Tal alteração determina prazos e percentuais de subtração das operações passivas relativas às receitas com taxas de administração recebidas de forma antecipada no cálculo do limite de alavancagem e entrou em vigor na data da sua publicação.

Em consonância com a Resolução acima, em 09 de janeiro de 2025 foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 582.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo EMBRACON são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

As receitas operacionais e outras receitas são apuradas à medida que a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. As taxas de administração recebidas antecipadamente são reconhecidas no passivo circulantes para serem apropriadas ao resultado pelo prazo de duração dos grupos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As despesas com comissões sobre vendas inicialmente são reconhecidas no ativo circulante e posteriormente mensalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda. Esses recursos são utilizados pelo EMBRACON para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

c) Instrumentos Financeiros

O BACEN, por meio da Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2025, estabeleceu os critérios de avaliação e classificação contábil de títulos e valores mobiliários, introduzindo o conceito de marcação pelo valor de mercado e de classificação de acordo com a intenção da administração em operar com determinado título para registro contábil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme abaixo:

- **Títulos para Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos Disponíveis para Venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos Mantidos Até o Vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o EMBRACON tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira. Os títulos do EMBRACON são classificados como disponíveis para venda e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários estão registrados e divulgados pelo saldo líquido de resgate, em conformidade com os extratos bancários. A provisão dos impostos incidentes está registrada na rubrica "Impostos a Recuperar".

- d) **Ativos Circulante e Ativo Não Circulante**
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).
- e) **Despesas do Exercício Seguinte**
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.
- f) **Imobilizado**
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do EMBRACON.
São depreciados a taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

- g) **Intangível**
Representam gastos com sistemas aplicativos de informática, concessão de direitos de grupos de consórcios e contrato de aluguel. O prazo de vida útil estimado para os itens do ativo intangível é de até 5 anos. Para a aquisição de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos e para os contratos de aluguel o prazo de contrato de locação que varia de 2 a 5 anos.
- h) **Passivo Circulante e Passivo Não Circulante**
Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

- i) **Imposto de Renda e Contribuição Social**
As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício.
A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes.
- j) **Valores Pendentes de Recebimento Judicial**
Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação conforme Instrução Normativa BCB nº 208.
- k) **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução BCB nº 09, sendo:

- a) **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais.

continua



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 30 de Junho de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

1) Resultado Não Recorrente

São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade do EMBRACON ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre e exercício findos em 30 de junho de 2025, não foram identificados resultados não recorrentes.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Resolução 285/2023. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pro rata dia.

b) Bens Apreendidos ou Retomados

Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes.

c) Devedores para Depósito em Garantia

Representam os depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço.

d) Direitos Junto a Consorciados Contemplados - Normais

Representam valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

e) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2025. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2024.

f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

g) Obrigações com Consorciados

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados - valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada; e c) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

h) Valores a Repassar

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados ao EMBRACON ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações.

i) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

j) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

k) Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

l) Compensação

Previsão mensal de recursos a receber de consorciados: Demonstam a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço; **Contribuições devidas ao grupo e suas obrigações de grupo por contribuições:** Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2025
Caixa	6
Bancos Conta Movimentos	1.158
Total	1.164

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2025, as aplicações em Fundo de Investimento lastreadas a títulos públicos do Tesouro Nacional/ Banco Central, são remuneradas pela variação diária do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

Em atendimento a Resolução BCB nº 156 de 19/10/2021, os saldos apresentados nas contas de Recursos Não Procurados, grupos encerrados posteriormente a Lei 11.795/2008, saldos de Recursos a Devolver a Consorciados - Credores Diversos e Recursos Pendentes de Cobrança Judicial e seus respectivos os saldos em contas bancárias e aplicações financeiras correspondentes, são classificados nas contas contábeis alocadas no Grupo de Compensação, R\$ 44.980 Mil, (em 30/06/2025).

	30/06/2025
Certificados de Depósitos Bancários	41.299
Cotas de Fundos de Investimentos	11.292
Cotas de Fundos de Renda Fixa	12.850
Letras Financeiras	10.756
Total	76.198

7. IMPOSTOS A COMPENSAR

	30/06/2025
IRPJ Antecipado	13.882
CSLL Antecipado	906
Outros	2.326
Total	17.114

8. ADIANTAMENTOS

Os adiantamentos relativos a cartão de crédito são oriundos de adiantamento efetuados aos grupos de consórcio cujo recebimento dos consorciados é realizado via cartão.

	30/06/2025
Funcionários	2.361
Depósitos Judiciais	2.390
Fornecedores e Outros	1.446
Benefícios	2.724
Total	8.921

9. BLOQUEIO JUDICIAL

Refere-se majoritariamente a bloqueios judiciais oriundos de consorciados de grupos ativos e encerrados que acionaram a administradora e, em menor parte, a bloqueios judiciais em virtude de processos trabalhistas. O Saldo em 30 de junho de 2025 soma R\$ 4.735 Mil.

10. IMOBILIZADO

Movimentação do Período				
Saldos em				Saldos em
01/01/2025	Adições	Baixas		30/06/2025
Edificações em curso	2.114	—	—	2.114
Veículos em curso	302	2	—	304
Instalações	3.064	81	—	3.145
Móveis e equipamentos de uso	15.533	2.684	(215)	18.002
Equipamentos telefônicos	617	253	(319)	552
Equipamentos processamento dados	13.633	510	(42)	14.101
Veículos	1.466	—	—	1.466
Total	36.730	3.530	(576)	39.684
(-) Depreciações	(20.246)	—	(1.354)	(21.600)
Líquido	16.485	3.530	(1.930)	18.084

Prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado são: a) Edificações - 25 anos; b) Instalações - 10 anos; c) Móveis e equipamentos de uso - 10 anos; d) Equipamentos telefônicos 5 anos; e) Equipamentos processamentos de dados - 5 anos e f) Veículos - 5 anos.

11. ATIVO INTANGÍVEL

		Amortização	Saldo líquido
Descrição	Custo	acumulada	30/06/2025
Softwares	46.780	(27.380)	19.400
Concessão de Direitos Grupos Consórcios	28.378	(19.061)	9.317
Arrendamentos	9.345	(1.284)	8.060
Total	75.158	(47.726)	36.777

Movimentação do Período				
	Saldo líquido			
Descrição	01/01/2025	Adições	Baixas	30/06/2025
Softwares	35.777	11.010	(7)	46.780
Concessão de Direitos Grupos Consórcios	28.378	—	—	28.378
Arrendamentos	3.772	9.349	(3.777)	9.345
(-) Amortizações	(35.507)	(12.219)	—	(47.726)
Total	32.421	8.140	(3.784)	36.777

O prazo de vida útil do software é de até 5 anos, para a concessão de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos e os arrendamentos refere-se a contratos de aluguel que foram reconhecidos por direito de uso ao longo do prazo.

12. FINANCIAMENTO - OPERAÇÃO DE LEASING

	30/06/2025
Leasing	1.586
(-) Encargos financeiros a apropriar	(278)
Total	1.308

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2025
Salários e rescisões a pagar	19.839
Provisão de férias e encargos	37.212
Provisão de 13º Sal. e encargos	14.842
Total	71.892

14. ENCARGOS SOCIAIS

	30/06/2025
INSS a pagar	8.289
FGTS a pagar	1.962
IRRF s/salários	6.056
Contribuições a pagar	45
Total	16.352

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE LUCRO

O imposto de renda é calculado com base no lucro real, à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social é calculada à razão de 9%.

	IRPJ	30/06/2025
Base Contábil		39.950
(+) Adições		852.242
(-) Excluídos		(923.785)
(=) Base para o IRPJ		(31.594)

(+) Calculado a 15%	—
(+) Adicional de 10%	—
(=) Total do IRPJ	—
(-) Incentivos Fiscais	—
(=) Valor Provisionado	—
(-) Antecipações	—
(-) IRRF Não Compensado no Período	(1.203)
(=) Composição de Saldo Negativo do IRPJ	(1.203)
Total	—

CSLL		30/06/2025
Base Contábil		39.950
(+) Adições		852.242
(-) Exclúesões		(923.785)
(=) Base para a CSLL		(31.594)
(+) Calculado a 9%		—
(=) Total da CSLL		—
(=) Valor Provisionado		—
(-) Antecipações		—
(-) CSLL Não Compensado no Período		(281)
(=) Composição de Saldo Negativo da CSLL		(281)
Total		—

a) Demonstrativo da Despesa da CSLL e do IRPJ

	30/06/2025
Valores Diferidos	32.467
Diferenças temporárias	(14.272)
Total	18.194

continua ★



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 30 de Junho de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

	30/06/2025
IRRF s/serviços de terceiros	512
IRRF s/juros sobre capital próprio	-
Retenção conforme Lei 10.833/03	223
INSS s/serviços de autônomos	77
ISS s/serviços tomados	37
COFINS a pagar	5.065
PIS a pagar	1.098
ISS a pagar	3.450
Total	10.461

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

De acordo com a resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020, foi constituído créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 5.321 em 30 de junho de 2025, bem como débitos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias no montante de R\$ 76.024.

Em virtude dos impactos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em 30 de junho de 2025 foi reconhecido R\$ 48.962 de passivo fiscal diferido, onde R\$ 21.741 mil refere-se ao diferimento sobre o prejuízo fiscal.

Movimentação do Período

	31/12/2024	Consti- tuições	Reali- zações	30/06/2025
Créditos/Débitos Tributários				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Provisão para despesas com comissões	3.455	31.614	(27.627)	7.443
Provisão para serviços de consórcio Renault	(8.060)	(2.347)	10.266	(141)
Provisão para serviços de consórcio VW	(1.294)	(20.966)	17.838	(4.421)
Provisão desp. auditoria	-	84	(84)	-
Provisão para ações trabalhistas	3.049	660	(1.637)	2.071
Provisão para contingências	4.308	2.513	(1.450)	5.372
Provisão de perdas esperadas assoc. ao risco de crédito	2.999	286	(180)	3.105
Provisão despesa juros passivo	809	1.452	(39)	2.222
Provisão amortização contrato de aluguel	-	1.284	(1.284)	-
Efeito CPC 47	(128.109)	770.246	(865.736)	(223.599)
Total Base dos Créditos	(122.843)	784.826	(869.933)	(207.950)
Imposto de renda diferido (25%)	(30.711)	196.207	(217.483)	(51.987)
Contribuição social diferido (9%)	(11.056)	70.634	(78.294)	(18.715)
Total de Créditos/Débitos Tributários sobre Diferenças Temporárias	(41.767)	266.841	(295.777)	(70.703)
Ativo fiscal diferido	1.790	4.957	(1.427)	5.321
Passivo fiscal diferido	(43.557)	261.884	(294.350)	(76.024)
(+) Créditos Tributários/(-) Fiscais Diferidos	(41.767)	266.841	(295.777)	(70.703)
Prejuízo Fiscal	32.351	31.594	-	63.945
Imposto de renda diferido (25%)	8.088	7.898	-	15.986
Contribuição social diferido (9%)	2.912	2.843	-	5.755
Total de Créditos Tributários sobre Prejuízo Fiscal	10.999	10.742	-	21.741
Ativo fiscal diferido	12.790	15.699	(1.427)	27.062
Passivo fiscal diferido	(43.557)	261.884	(294.350)	(76.024)
(+) Créditos Tributários/(-) Débitos Tributários	(30.767)	277.583	(295.777)	(48.962)

a) Expectativa de Realização do Crédito Tributário

Conforme Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020 a qual revoga a Circular nº 3.174 de 15 de janeiro de 2003, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data-base de 30 de junho de 2025, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Diferenças Temporárias	Realização Créditos Tributários	Valor Presente
Diferenças Temporárias			
2025		980	852
2026 a 2029		4.341	3.775
Total		5.321	4.627
Prejuízo Fiscal			
2025		41.181	35.809
2026		22.764	19.795
Total		63.945	55.604

18. CONTAS A PAGAR

	30/06/2025
Contas a Pagar - Serviços e Bens	9.122
Total	9.122

19. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208. Recursos Não Procurados Totais para o período de 30 de junho 2025 equivale a R\$ 4.115 mil, e tais valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.

20. PROVISÕES

Passivos contingentes prováveis: As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões constituídas são as seguintes:

	30/06/2025
Cível	5.372
Trabalhista	2.072
Total	7.444

Passivos contingentes possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos com risco de perda possíveis montam o valor de R\$ 5.121 mil (30/06/2025). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

21. ARRENDAMENTOS

A administradora adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada que não impacta em superávit acumulado (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. O montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar trazidos ao valor presente.

	30/06/2025
Contratos de Aluguel (Curto Prazo)	8.060
Contratos de Aluguel (Longo Prazo)	2.222
Total	10.282

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O capital social é de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) e está representado por 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de cotas no valor de R\$ 1,00 cada;

Reserva legal: A reserva é constituída com base no cálculo em 5% do lucro líquido do período ajustado considerando os efeitos da adoção inicial da resolução BCB 352/2023.

Reserva de Retenção de Lucros: Os lucros do exercício são transferidos após a dedução da reserva legal integralmente para esta reserva.

23. PARTES RELACIONADAS

O EMBRACON possui operação com partes relacionadas relativa à contratação de locação do imóvel sede, sendo a locador a empresa Embrafisa Consultoria Empresarial Corretora de Seguros e Empreendimentos Imobiliários Ltda. com vigência de 12 meses, com renovação automática conforme aditivo, sendo as parcelas reajustadas pelo IPCA.

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e apropriadas ao resultado pelo regime de competência em 2023, devido a adoção ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, em cumprimento a Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021.

	30/06/2025
Taxa administração	502.950
Multa e Juros	3.550
Outras	70
Total	506.570

25. DESPESAS COM PESSOAL

	30/06/2025
Pessoal - Benefícios	(30.450)
Pessoal - Encargos Sociais	(60.419)
Pessoal - Proventos	(116.580)
Pessoal - Treinamento	(91)
Total	(207.540)

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2025
Aluguéis	(12.079)
Comunicações	(1.837)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.319)
Processamento de Dados	(10.084)
Propaganda e Publicidade	-
Serviços de Vigilância e Segurança	(3.627)
Serviços Técnicos Especializados	(143.260)
Viagens no País	(2.221)
Provisões Operacionais	(20.963)
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.210)
Despesas de Arrendamento de Bens	(101)
Despesas de Contrib. Filantrópicas	(18)
Despesas de Material	(622)
Despesas de Promoções/Rel. públicas	(16.906)
Despesas de Seguros -	(119)
Despesas Serviços Sist. Financeiro	(4.162)
Despesas de Serviços de Terceiros	(137)
Despesas de Transporte	(122)
Outras Despesas Administrativas	(4.385)
Outras Despesas Operacionais	(2.924)
Total	(230.093)

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2025
Despesas de COFINS	(26.438)
Despesas de PIS	(5.728)
Despesas de ISS	(18.720)
Outras Despesas Tributárias	(1.425)
Total	(52.312)

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2025
Outras Receitas Operacionais	42.617
Total	42.617

São registrados neste grupo de contas as receitas originárias de prestação de serviços técnicos de administração de grupos de Consórcio Renault e Consórcio Nacional Volkswagen, além das taxas de recursos não procurados e reversões de provisão de comissões e serviços.

29. OPERAÇÕES DO CONSÓRCIO

As operações de consórcio em 30 de junho de 2025 apresentam a seguinte posição:

	30/06/2025
Quant. de grupos em andamento	273
Quant. de consorciados ativos	290.381
Quant. de bens entregues no exercício	11.624
Quant. de bens entregues, acumulado	80.857
Bens pendentes de entrega acima de 30 dias	20.680
Consortiados desistentes e excluídos no semestre/exercício	42.699
Consortiados desistentes e excluídos, acumulado	383.034
Taxa média de inadimplência	3,11%

30. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (GRUPOS DE CONSÓRCIOS)

	30/06/2025
Cotas de Fundos de Investimentos não vinculados a contemplação	91.057
Cotas de Fundos de Investimentos vinculados a contemplação	2.355.227
Total	2.446.284

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados.

31.1. Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

continua →



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 30 de Junho de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

32. LIMITE DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL

Em atendimento à Resolução BCB nº 234/2022, e à Instrução Normativa nº 582/2025 a empresa cumpriu todos os limites de alavancagem determinados pela legislação.

	30/06/2025
(=) Patrimônio líquido	178.390
(+) Receitas operacionais	556.439
(-) Despesas operacionais	(521.229)
(=) Patrimônio Líquido Ajustado	213.599
(+) Exigível a longo prazo	207.001
(+) Disponibilidades	16.818
(+) Aplicações financeiras	93.933
(=) Comprometimento	317.212
Patrimônio Líquido Ajustado X 6	1.281.596
(=) Limite Operacional	964.384
Suficiência	964.384
Margem de imobilização	158.738

33. REFORMA TRIBUTÁRIA

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabeleceu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e

Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar 214/2025, que regulamentou parte da Reforma, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), sendo que referida lei ainda será objeto de regulamentações para sua efetiva implementação. Segue em tramitação no Senado Federal o PLP 108/2024, que irá regulamentar, dentre outros, o Comitê Gestor do IBS, a distribuição de seu produto de arrecadação pelos entes federativos e o processo de lançamento e fiscalização desse tributo.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis do semestre encerrado em 30 de junho de 2025.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações contábeis.

DIRETORIA

Guido Savian Júnior - Sócio

CONTADORA

Suely Cristina da Silva Lima - CRC nº 1SP155.421/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Sócios e Diretores da
EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
Santana de Parnaíba - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMBRACON Administradora de Consórcio Ltda. (EMBRACON)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio, em 30 de junho de 2025 e consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMBRACON** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2025, e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMBRACON**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações Comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa Nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes ao período do ano de 2025, os valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB Nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor
A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições

autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administração;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administração. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administração a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de setembro de 2025

Irmãos Campos & Cerboncini
Auditores Associados

CRC 2 SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini
Sócio

CRC 1 SP 079.347/O-3